

Banco Pan

Proposta da Administração – 2014

AGO - 30 de Abril de 2014



BANCO PANAMERICANO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2014.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09

Anexo I.

2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se detalhadas no Anexo II.

3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia

Propomos que o montante global e anual para remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2014 seja no valor de R\$ 29.444.800,00 (vinte e nove milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da Proposta da Remuneração dos Administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III.

4. Informações nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Banco Panamericano S.A. ("Pan") é um banco com foco em crédito ao consumidor, para empresas e imobiliário, que oferece uma carteira extensa e diversificada de produtos e serviços, incluindo, entre outros, financiamento de veículos, crédito consignado, cartões de crédito, diversas modalidades de crédito para pessoas jurídicas, seguros, leasing, atividades de financiamento em grupo (consórcio) e crédito imobiliário (financiamento e refinanciamento). Acreditamos que os segmentos em que atuamos apresentam alto potencial de crescimento devido ao aumento da renda média da população brasileira e conseqüente aumento da propensão ao consumo pelas classes baixa e média nos últimos anos.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, foram descobertas irregularidades e inconsistências contábeis no Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras até então publicadas refletissem sua real situação patrimonial. Assim, dada a inviabilidade de se reconstituir, de forma apropriada, as demonstrações financeiras anteriores a novembro de 2010, a Administração que assumiu suas funções naquela data não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um "balanço patrimonial especial de abertura", com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia em 30 de novembro de 2010.

Como consequência, as informações trimestrais de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício terminados, respectivamente, em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estão prejudicadas em relação à sua comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Sílvio Santos ("GSS"), então acionista controlador do Pan, através da Sílvio Santos Participações S.A. ("SSP") e da BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF"), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações da Companhia de titularidade do GSS pelo preço de R\$450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. O

efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$3,8 bilhões. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) celebraram novo acordo de acionistas do Pan, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior para o exercício conjunto do controle do Banco.

Outras medidas firmadas no mês de janeiro de 2011 afetaram positivamente a estrutura de liquidez e o capital regulatório da Companhia. O escopo destas medidas incluiu, entre outras, a cessão de créditos sem coobrigação no montante aproximado de R\$3,5 bilhões.

Nos dias 04 e 25 de maio de 2011, o Bacen aprovou as eleições dos diretores ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 05 e 27 de abril de 2011, respectivamente. Dessa forma, os Srs. José Luiz Acar Pedro (como Diretor Presidente), Eduardo Nogueira Domeque, Iuri Rapoport, Leandro de Azambuja Micotti, Paulo Alexandre da Graça Cunha, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa e Willy Otto Jordan Neto passaram a integrar a Diretoria da Companhia.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão do Pan de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

O Acordo Operacional anterior, firmado pela Caixa e pelo Pan em 26 de julho de 2010, que estabelece regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições, permanece válido em suas

condições. Seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

Em razão da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas seniores com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$200 milhões e US\$300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Também no mês de julho e como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125 milhões e cupom em dólares de 11% ao ano.

Ainda em razão da mudança de controle, o BTG Pactual realizou uma Oferta Pública de Ações (“OPA”) aos acionistas minoritários, na qual foram asseguradas as mesmas condições acordadas para a compra das ações do antigo acionista controlador. Em 16 de setembro de 2011, o leilão da OPA foi realizado por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e nele o BTG Pactual adquiriu 4.552 ações preferenciais do Pan, que representam 0,004% das ações dessa espécie.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Pan firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940 milhões, de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”). A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. Esta aquisição adicionará à Companhia uma plataforma consolidada

de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

Na mesma data, o Conselho de Administração do Banco convocou uma Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento do capital social do Pan no valor de até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais. Nos termos da proposta da administração, o preço de emissão das ações será de R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial. O aumento de capital tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades da Companhia, de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos tributários atualmente detidos pelo Banco; e (iii) possibilitar a realização, pelo Pan, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à aquisição da BFRE.

Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Pan integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no Aumento de Capital. Na mesma data, conforme divulgado em Fato Relevante, o Pan assinou os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Na mesma data, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um Acordo Comercial por meio do qual a Caixa adquirirá, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial passou a vigorar, pelo prazo de 7 anos, a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em seguida, em 30 de abril de 2012, o Pan foi comunicado sobre o exercício, no âmbito do Aumento de Capital, pelo TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), dos direitos de preferência à subscrição a ele cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), no total de 30.095.978 ações preferenciais de emissão do Pan, correspondentes a 12,4% do total de ações preferenciais e 5,6% do total de ações emitidas pela Companhia, após o Aumento de Capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a homologação parcial do Aumento de Capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012, as sobras não subscritas foram canceladas. Em seguida, em 08 de junho de 2012, o Bacen aprovou o Aumento de Capital, e em 11 de junho de 2012 aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Pan.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Pan, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities. Desta forma, a partir daquela data, os saldos das operações da BFRE passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras do Pan.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um Acordo Operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

O Banco está presente em todo território nacional, distribuído geograficamente de acordo com o PIB de cada região, e conta atualmente com 180 pontos de vendas exclusivos, nas principais cidades de todos os estados brasileiros. O Pan está ativamente presente também em 7.178 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados.

Em 04 de fevereiro de 2013, o Pan concluiu investimento em uma participação na Stpagg Pagamentos S.A., empresa pré-operacional de prestação de serviços de adquirência.

No dia 26 de abril de 2013, o Banco adquiriu, por R\$351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. – em liquidação extrajudicial (“Banco Cruzeiro do Sul”), originada por 237 convênios com órgãos públicos das 3 esferas, além de 7 convênios com empresas do setor privado. A referida carteira contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. A aquisição, através de leilão público em lote único, incluiu também a transferência do sistema *ConsigCard*, desenvolvido especialmente para o tratamento das propostas do cartão consignado, e com ela a Companhia reforçou sensivelmente a sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

Em 14 de maio de 2013, o Banco lançou a nova identidade visual para a sua marca corporativa, que passou a ser “Banco Pan”. A mudança simboliza uma nova fase do Pan, que unificou suas estruturas e marcas corporativas sob uma mesma identidade, conservando a especialização no atendimento de cada segmento de negócios. Serão tomadas as medidas administrativas necessárias para que a razão social da Companhia também seja alterada, em conformidade com a nova marca.

Em 26 de novembro de 2013, a agência de classificação de risco Standard & Poor’s (“S&P”) atribuiu ao Pan o rating de crédito de longo prazo em escala global “BB+” e o rating de crédito de longo prazo em escala nacional “brAA”. Segundo a S&P, as notas se baseiam na posição de liquidez adequada do Pan, no suporte de *funding* que recebe de ambos os seus acionistas controladores e na sua importância estratégica para o BTG Pactual.

Em 28 de novembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”) referente às contribuições ao PIS e COFINS no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012. Desta forma, o Pan realizou naquela data o pagamento à vista da importância de R\$536,2 milhões, se beneficiando da redução de 100% dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, que correspondiam a R\$288,9 milhões, e pondo fim à discussão judicial que possuía sobre o tema.

Por fim, em 09 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) de sua emissão, no valor corrigido até aquela data por suas taxas de emissão de R\$500,4 milhões, que eram

contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a esses CDBs. Como resultado deste acordo, o Pan apurou ganho contábil imediato de R\$83,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.344	51,00	33.114.219	13,65	182.270.563	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	0,00	204	0,00	209	0,00
Mercado	2	0,00	154.695.530	63,76	154.695.736	28,92
Total	292.463.400	100,0	242.612.675	100,0	535.076.075	100,0

- Estrutura de Capital¹

Capital Próprio (R\$ milhões)	31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Capital Social	2.867,0	2.867,0	1.108,1
Reserva de Capital	0,0	0,0	0,0
Reserva de Lucro Legal	0,0	0,0	0,2
Reserva de Lucros do Patrimônio	0,0	0,0	290,1
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(16,3)	(1,0)	0,0
Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	(545,9)	(394,1)	-188,5
Total do Patrimônio Líquido	2.304,9	2.471,9	1.209,9

Capital de terceiros (R\$ milhões)	31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Depósitos Interfinanceiros	6.404,4	4.150,5	2.721,20
Depósitos a Prazo	2.682,9	2.362,1	2.403,20
Letras Financeiras	2.345,1	1.236,1	237,90
LCA e LCI	2.196,1	1.655,6	66,70
Compromissadas	1.087,0	1.079,9	516,43
<i>Bonds</i>	1.931,2	1.796,7	1.887,10
Obrigações por Empréstimos	339,8	445,0	-
Cessões de Crédito a Outras Instituições Financeiras ²	498,7	1.157,8	2.082,70
Outros	193,5	733,5	1168
Total de Capital de Terceiros	17.678,7	14.617,2	11.083,2

¹ Dados Consolidados do Grupo

² Registrado em contas de compensação e referem-se a cessões com coobrigação.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O cálculo do valor de resgate segue as determinações legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de stress de mercado. Para suportar essa política de liquidez, consideramos no cálculo o acordo operacional válido por 8 anos, pelo qual dispomos de linhas no valor de R\$ 10,0 bilhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em dezembro de 2013, os recursos captados totalizaram R\$17,7 bilhões, valor 20,9% superior ao saldo de R\$14,6 bilhões no final do 4º trimestre de 2012 e 59,5% acima do saldo de R\$11,1 bilhões no final do mesmo trimestre de 2011. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interfinanceiros, que representavam 51,4% do total, ou R\$9,1 bilhões; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que correspondiam a 12,4% do total, ou R\$2,2 bilhões; (iii) as letras financeiras, que representavam 13,3% do total, ou R\$2,3 bilhões; (iv) as emissões de títulos e dívida subordinada no exterior, no valor de R\$1,9 bilhões, representando 10,9% do total; (v) as obrigações por empréstimos, que correspondiam a 1,9% do total, ou R\$339,8 milhões; e (vi) as cessões de créditos com coobrigação, que correspondiam a 2,8% do total, ou R\$498,7 milhões.

Depósitos a Prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, os depósitos a prazo eram compostos basicamente por aplicações em CDBs, que representavam 84,2% do total desses depósitos, e os 15,8% restantes se referiam a captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE”), cujo saldo vem sendo gradativamente reduzido, encerrando

o ano de 2013 em R\$425,2 milhões, valor 19,6% inferior aos R\$528,8 milhões do 4º trimestre de 2012 e 55,6% inferior ao saldo de R\$ 958,0 milhões ao final de 2011.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, normalmente de curto prazo (entre 30 e 180 dias).

LCI e LCA

Referem-se às captações através da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Agrícola.

Letras Financeiras

Referem-se a títulos de crédito emitidos pelo Banco para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Emissões Externas

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo Banco encontram-se detalhadas no item 10.f. desse formulário.

Cessões de crédito a outras instituições financeiras

Realizamos cessões de créditos consignados de funcionários públicos, veículos automotores, e créditos imobiliários de um modo geral, a outras instituições financeiras, através de convênios de cessão de crédito celebrados com tais instituições. Essas operações são registradas em contas de compensação na medida em que, por força da coobrigação, ainda temos responsabilidades referentes a estas operações.

Vale ressaltar que o Banco Pan não realiza mais cessões de carteiras com coobrigação desde aposse da atual administração e, dessa forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem. Assim, o saldo de carteiras cedidas com coobrigação ao final do 4º trimestre de 2013, no valor de R\$498,7 milhões, apresentou uma redução de 56,9% em relação ao saldo de R\$1.157,8 milhões registrado em 2012 e redução de 76,1% em relação aos R\$2.082,7 milhões em 2011.

Outras Fontes de Captação:

Depósitos à Vista

Refere-se à captação de recursos junto ao público em geral, são recursos passíveis de remuneração que permanecem no Banco por prazo indeterminado, sendo livres as suas movimentações.

Captações através de FIDCs

O saldo destas captações junto aos cotistas seniores, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$170,5 milhões, contra os R\$559,7 milhões em dezembro de 2012 e R\$1.070,8 milhões em dezembro de 2011.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. Administramos nossa posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Além disso, possuímos um acordo operacional válido por 8 anos que nos garante liquidez mesmo em um cenário de crise.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior, por meio da emissão de notas seniores denominadas "*Euro Medium-Term Notes*", cujo total era de US\$500,0 milhões, dos quais US\$200,0 milhões foram emitidos em 26 de outubro de 2009, com vencimento em 26 de outubro de 2012, e US\$300,0 milhões foram emitidos em 04 de agosto de 2010, com vencimento em 04 de agosto de 2015.

Em razão da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores destas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão

de notas com valor total de principal de US\$900,0 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Em 26 de outubro de 2012, o Pan liquidou a emissão de notas sênior realizada em 26 de outubro de 2009, no valor original de US\$200,0 milhões, cujo saldo devedor de principal em aberto era de US\$199,1 milhões. Embora o mercado internacional de capitais oferecesse, na ocasião, condições favoráveis a uma nova emissão para refinarciar este vencimento, o Banco considerou suas condições de financiamento no mercado local por hora mais atraentes, razão pela qual as notas foram integralmente quitadas com recursos de *funding* local.

O Banco possui também captações de recursos por meio da emissão de dívidas subordinadas. Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu notas subordinadas no valor de US\$125,0 milhões, dos quais US\$50,0 milhões foram emitidos em 18 de julho de 2006 e US\$75,0 milhões em 16 de agosto de 2006, ambas as tranches com vencimento em 18 de julho de 2016. Em julho de 2011, como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125,0 milhões e cupom em dólares de 11,0% ao ano.

Em 23 de abril de 2010, o Banco realizou nova emissão de notas subordinadas, desta vez no valor de US\$500,0 milhões, com vencimento em 1º de março de 2020. Em seguida, mais precisamente em 22 de maio de 2012, o Banco realizou nova emissão de notas subordinadas, desta vez no valor de US\$10,0 milhões, com vencimento em 22 de maio de 2018. E, finalmente, em 5 de junho de 2013 o Banco realizou nova tranche de notas subordinadas no valor de US\$100 milhões, com vencimento previsto para 5 de abril de 2019.

O quadro a seguir apresenta os valores emitidos, saldos, taxas de juros, datas de emissão e de vencimento de cada série de títulos em circulação:

Valor Emitido em 31/dez/13	Valor Emitido em 31/dez/12	Valor Emitido em 31/dez/11	Saldo em 31/dez/13	Saldo em 31/dez/12	Saldo em 31/dez/11	Taxa de Juros (%)	Data de Emissão	Data de Vencimento
(em US\$ milhões)			(em R\$ milhões)					
Programa de Medium-Term Notes								
-	-	199,1	-	-	378,7	7,0% a.a	26/10/2009	26/10/2012
-	-	288,6	687,9	612,6	546,6	5,5% a.a	04/08/2010	04/08/2015
Total	0	0	487,7	687,9	612,6	925,3		
Dívida Subordinada								
-	500,0	500,0	1.243,3	1.184,1	961,8	8,5% a.a	23/04/2010	01/03/2020
-	10,0	-	11,5	10,5	-	100% do CDI + 1,35% a.a	22/05/2012	22/05/2018
100,0	-	-	105,8	-	-	100% do CDI + 5,60% a.a	05/06/2013	05/04/2019
Total	100,0	510,0	500,0	1.360,6	1.194,6	961,8		
TOTAL	100,0	510,0	987,7	2.048,5	1.807,2	1.887,1		

(ii) *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

O Banco possui um Acordo Operacional de R\$10 bilhões com a Caixa, válido por 8 anos. A Caixa firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (I) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (II) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos adicionais em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate (“BFRE”), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar, pelo prazo de 7 anos, a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) originação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há

grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

Com relação às dívidas subordinadas, favor observar as informações dispostas no item 10.1.f. bem como o quadro explicativo com a abertura dos volumes, data de emissão, vencimento e taxa de juros.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

As notas seniores emitidas no exterior, denominadas “Euro Medium-Term Notes”, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 687,9 milhões, possuem cláusulas de vencimento antecipado, inclusive em razão de alienação do controle societário do Banco, caso os atuais controladores deixem de possuir e controlar, direta ou indiretamente, de forma individual ou combinada, ao menos 64% das ações ordinárias da Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há limites de utilização de financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais: 31 de dezembro de 2013 comparado com 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(R\$ milhões, exceto percentuais)

Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/13	%	dez/12	%	dez/11	%
Disponibilidades	47,8	0,2%	36,8	0,2%	25,8	0,2%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.230,7	5,8%	509,4	2,8%	909,0	6,8%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.738,2	8,2%	2.455,5	13,5%	1.268,8	9,5%
Relações interfinanceiras	28,5	0,1%	27,8	0,2%	10,9	0,1%
Operações de crédito	12.694,7	59,5%	9.927,4	54,4%	6.478,5	48,6%
Operações de arrendamento mercantil	115,8	0,5%	274,0	1,5%	600,2	4,5%
Outros créditos	4.953,2	23,2%	4.601,8	25,2%	3.681,1	27,6%
Outros valores e bens	515,7	2,4%	420,5	2,3%	346,9	2,6%
Total	21.324,6	100,0%	18.253,2	100,0%	13.321,4	100,0%
Permanente						
Investimentos	0,8	0,3%	0,8	0,3%	1,0	3,9%
Imobilizado de uso	23,2	7,4%	14,8	4,8%	11,6	44,1%
Intangível	288,5	92,3%	292,8	95,0%	13,7	52,0%
Total	312,5	100,0%	308,3	100,0%	26,3	100,0%

Ativo circulante e realizável a longo prazo

Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo da conta de aplicações interfinanceiras de liquidez aumentou 141,6% no último ano, passando de R\$509,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.230,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, devido, principalmente, ao aumento das aplicações em operações no mercado aberto lastreadas em títulos públicos federais e à redução das aplicações em depósitos interfinanceiros.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em contrapartida, o saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos caiu 29,2% em relação a dezembro de 2012, porém, apresentando aumento de 37,0% em relação ao mesmo período de 2011. A queda do saldo, de R\$ 2.445,5 milhões em 2012 para R\$ 1.738,2 em 2013, deveu-se principalmente à queda das aplicações de longo prazo em carteira própria, em aproximadamente R\$365,3 milhões, e também à queda das aplicações de longo prazo em títulos vinculados a compromissos de recompra, em aproximadamente R\$503,8 milhões.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras aumentou em 2,4%, ou R\$ 0,7 milhão, em relação a Dezembro de 2012 e 160,4%, equivalente a R\$ 17,5 milhões em relação ao 4º trimestre de 2011. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao aumento do volume de recursos depositados junto ao Banco Central.

Operações de crédito

O saldo da conta de operações de crédito aumentou em 27,9%, ou R\$2.767,3 milhões, passando de R\$9.927,4 milhões em dezembro de 2012 para R\$ 12.694,7 em dezembro de 2013, devido principalmente a:(i) maior originação de empréstimos consignados, crédito imobiliário e financiamento de Veículos e (ii) queda na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Operações de arrendamento mercantil

O saldo da conta de operações de arrendamento mercantil caiu 57,7%, ou R\$158,2 no último ano, passando de R\$ 274,0 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 115,8 milhões em dezembro de 2013, devido, principalmente, à queda da demanda no mercado de *leasing* como um todo, aliada ao maior rigor na concessão de créditos sob a nova administração, que fez com que a produção de novas operações diminuísse.

Outros Créditos

O saldo da conta de outros créditos cresceu R\$ 351,4 milhões, equivalente a um aumento de 7,6%, no último ano, passando de R\$ 4.601,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$4.953,2 milhões em dezembro de 2013. Esse aumento foi decorrente do aumento nos valores a receber por cessão de créditos, recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber, bem como ao aumento da carteira e resultado de operações de câmbio.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens aumentou 22,6% e 48,7% com relação aos saldos de 2012 e 2011, respectivamente. Esse aumento se deveu principalmente ao aumento das comissões antecipadas pagas a lojistas e promotoras e à queda das provisões para desvalorização dos bens não de uso próprio.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível) passaram de R\$ 308,3 milhões em dezembro de 2012 para R\$ 312,5 em dezembro de 2013, registrando aumento de apenas 1,3%. Se compararmos o saldo de 2013 com o saldo no período de 2011, foi registrado aumento de 1.087,7%, ou R\$286,2 milhões. Essa diferença deve-se basicamente ao ágio apurado na compra da Ourinvest Holding no montante de R\$240,1 milhões líquido de amortizações do período.

Passivo circulante e exigível a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)

Passivo circulante e realizável a longo prazo	dez/13	%	dez/12	%	dez/11	%
Depósitos	9.265,3	48,0%	6.614,1	41,2%	5.221,5	43,3%
Depósitos à vista	178,1	0,9%	101,6	0,6%	97,2	0,8%
Depósitos interfinanceiros	6.404,4	33,2%	4.150,5	25,9%	2.721,2	22,6%
Depósitos a prazo	2.682,9	13,9%	2.362,1	14,7%	2.403,1	19,9%
Captações no mercado aberto	1.087,0	5,6%	1.079,9	6,7%	516,4	4,3%
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.124,7	26,6%	3.564,8	22,2%	1.230,0	10,2%
Relações interfinanceiras	129,7	0,7%	152,4	0,9%	312,4	2,6%
Relações interdependências	0,6	0,0%	7,4	0,0%	3,8	0,0%
Obrigações por empréstimos	339,8	1,8%	445,0	2,8%	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	10,9	0,1%	7,5	0,0%	21,9	0,2%
Outras obrigações	3.327,4	17,3%	4.184,4	26,1%	4.755,3	39,4%
Total	19.285,6	100,0%	16.055,4	100,0%	12.061,3	100,0%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 40,1%, ou R\$2.651,2 milhões no último ano, passando de R\$6.614,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$9.265,3 milhões em dezembro de 2013, devido principalmente ao aumento do volume das captações de recursos através de depósitos interfinanceiros, que aumentaram 54,3% e 135,4%, se compararmos o saldo final em 2013 com o montante acumulado em 2012 e 2011 respectivamente.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o ano com o montante de R\$ 1087,0 milhões, apresentando aumento de 0,7%, ou R\$7,1 milhões, e 110,5%, ou R\$ 570,6 milhões, se comparado aos exercícios findos em dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Esse crescimento ocorreu devido ao aumento no volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos apresentou aumento de 43,8%, ou R\$ 1.560 milhões, passando de R\$3.564,8 milhões em dezembro de 2012 para R\$ 5.124,7 em dezembro de 2013. Se compararmos o saldo de 2013 com o saldo acumulado ao final de 2011, o crescimento registrado foi de 316,7%, o equivalente a R\$ 3.894,8 milhões. Tal aumento pode ser justificado pelos seguintes fatores: (i) com a aquisição da Ourinvest, em 2012houve consolidação das Letras de Crédito Imobiliário no montante de R\$1.225,7 milhões, as quais atingiram o montante acumulado de R\$ 1.471,2 milhões ao final de 2013; (ii) aumento no volume de Letras Financeiras, cujas emissões acumularam o montante de R\$2.227,8 milhões em dezembro de 2013, aumento de 8,1% ante os R\$2.061,1 milhões registrados em dezembro de 2012 e 81,8% superior aos R\$ 1.225,6 milhões registrados em dezembro de 2011; (iii) aumento nas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio, que registraram crescimento de 98,3% em relação a 2011, atingindo o montante de R\$724,8 milhões em dezembro de 2013.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras reduziu 22,6% e 182,7% quando comparamos o montante obtido ao final de 2013, com os montantes de dezembro de 2012 e 2011 respectivamente. Dessa forma, o saldo passou de R\$312,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$152,4 milhões em dezembro de 2012 e R\$ 129,7 milhões em dezembro de 2013, devido, basicamente, ao pagamento aos cessionários dos passivos relacionados a parcelas de contratos cedidos recebidos antecipadamente pelo Banco e a bens retomados, também relacionados a operações de cessão de crédito.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta de Instrumentos financeiros derivativos apresentou crescimento de 3,4% e que de 11,0% frente aos resultados de 2012 e 2011, respectivamente, passando de R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$7,5 milhões em dezembro de 2012 e encerrando o ano de 2013 em R\$ 10,9 milhões. Basicamente, esse resultado é proveniente do diferencial a pagar sobre as operações de *hedge* (através de *swaps*) realizados como proteção das operações passivas títulos emitidos pelo Banco no exterior, em razão da depreciação do real frente ao dólar.

Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações reduziu 20,5%, ou R\$ 857,0 milhões, de 2012 para 2013 e 30,0%, ou R\$ 1.427,9milhões quando comparado ao saldo de 2011. Essa redução foi, em grande parte, resultado da adesão do Banco Pan ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS")

editado pelo Governo Federal no 4º trimestre de 2013. Como consequência dessa adesão, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco Pan e controladas, assumido débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a conseqüente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária da empresa, sobre pagamentos à pessoa física, (ii) exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Patrimônio Líquido

Ao final de 2013, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$ 2.304,9 milhões, registrando queda de 6,7% em relação aos R\$ 2.472,0 milhões acumulados ao final de 2012, e aumento de 87,8% em relação aos R\$1.227,3 milhões acumulados em 31 de dezembro de 2011.

Análise e Discussão das Demonstrações de Resultados: 31 de dezembro de 2013

(R\$ milhões)				2013	2013
	31/dez/13	31/dez/12	31/dez/11	vs. 2012 (%)	vs. 2011 (%)
Rendas de operações de crédito	4.063,3	2.821,9	2.662,2	44,0%	52,6%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	67,0	107,8	198,1	-37,8%	-66,2%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	340,7	297,0	248,5	14,7%	37,1%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(53)	321,8	149,1	-116,6%	-135,8%
Resultado de operação de câmbio	117,7	60,6	3,8	94,4%	2979,8%
Receitas de intermediação financeira	4.535,3	3.609,1	3.261,8	25,7%	39,0%
Operações de captação no mercado	(1.428,6)	(1.362,2)	(1.219,5)	4,9%	17,1%
Operações de empréstimos e repasses	(90,3)	(26,2)	-	245,0%	N/A
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.004,5)	(1.548,9)	(1.256,1)	35,1%	20,0%
Despesas de intermediação financeira	(2.523,4)	(2.937,3)	(2.475,7)	14,1%	-1,9%
Resultado bruto de intermediação financeira	2.011,9	671,8	786,1	199,5%	155,9%
	-	-	-		
Receita de prestação de serviços	368,6	315,5	333,3	16,8%	10,6%
Receita de prêmios ganhos de seguros	43,6	(31,7)	(61,0)	237,6%	171,5%
Despesas de sinistros retidos	(221,1)	(291,1)	(106,1)	24,1%	-108,4%
Despesas de pessoal	(690,7)	(974,3)	(1.245,0)	29,1%	44,5%
Outras despesas administrativas	(587,9)	(139,3)	(149,1)	-322,1%	-294,3%

Despesas tributárias	25,9	213,1	268,5	-87,9%	-90,4%
Outras receitas operacionais	(94,6)	(305,8)	(260,8)	69,1%	63,7%
Outras despesas operacionais	(325,2)	-	-	N/A	N/A
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.481,4)	(1.213,6)	(1.220,1)	-22,1%	-21,4%
Resultado operacional	(61,1)	(759,8)	(507,9)	92,0%	88,0%
Resultado não operacional	(55,6)	(106,8)	(87,8)	48,0%	36,7%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(116,7)	(866,6)	(595,7)	86,5%	80,4%
Provisão para imposto de renda	(33,5)	(58,4)	(39,9)	42,7%	16,1%
Provisão para contribuição social	(23,5)	(43,2)	(15,5)	45,6%	-51,0%
Ativo fiscal diferido	21,9	472,3	718,2	-87,9%	-90,4%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(35,1)	370,7	662,7	-109,5%	-105,3%
Participação de acionistas minoritários	(0,0)	0,0	(0,0)	-110,0%	-66,7%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(151,7)	(496,0)	67,0	69,4%	326,3%
Resultado Ajustado do Período	(0,7)¹	(496,0)	67,0	100,1%	98,9%

Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira resultaram em R\$4.535 milhões no exercício de 2013 contra R\$ 3.609,1 milhões em 2012 e R\$3.261,8 milhões em 2011, com aumento de 25,7%, ou R\$ 926,2 milhões, e 39,0%, ou R\$ 1.273,5 milhões, respectivamente. Essas receitas são compostas, basicamente, pelo resultado de operações de crédito, que representou 89,6% de tais receitas em 2013, pelo resultado de operações de arrendamento mercantil, equivalente a 1,5%, pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, equivalente a 7,5%, e pelo resultado de operação de câmbio, representando 2,6% das receitas de intermediação financeira.

Despesas de intermediação financeira

As despesas de intermediação financeira somaram R\$ 2.523,4 milhões ao final de 2013, apresentando melhoria de 14,1% em relação aos R\$2.937,3 milhões obtidos no exercício de 2012. Essas despesas são compostas principalmente pelas despesas com operações de captação no mercado, que responderam por 56,6%, e pelas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que responderam por 39,8% do total dessas despesas.

Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto de intermediação financeira foi de R\$671,8 milhões no exercício de 2012 contra R\$786,1 milhões em 2011, com diminuição de 14,5% ou R\$114,3 milhões.

Outras receitas/despesas operacionais

Com relação à linha de outras receitas/despesas, o Banco apresentou ao final de 2013 uma despesa de R\$ 1.481,4 milhões, apresentando queda de 22,1% em relação aos 1.213,6 milhões no exercício de 2012 e queda de 21,4% quando comparado aos R\$1.294,0 milhões obtidos em 2011. Essa queda deveu-se principalmente a deterioração dos resultados referentes a “outras despesas administrativas”.

Resultado operacional

O Banco Pan apresentou resultado operacional negativo em R\$ 61,1 milhões no exercício de 2013, apresentando melhoria de 92,0% e 88,0%, respectivamente, se comparado aos resultados negativos em R\$ 759,8 milhões em 2012 e R\$507,9 milhões em 2011.

Resultado não operacional

O Banco encerrou o ano de 2013 com resultado não operacional negativo em R\$ 55,6 milhões, apresentando melhoria de 48,0% e 36,7% com relação aos prejuízos de R\$106,8 milhões no exercício de 2012 e R\$87,8 milhões em 2011, com aumento do prejuízo em 21,7% ou R\$19,0 milhões.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social totalizaram resultado negativo em R\$ 35,1 milhões em 2013, contra R\$370,7 milhões positivos no exercício de 2012 e R\$662,7 milhões em 2011. Essa queda deveu-se principalmente ao aumento de créditos tributários de períodos anteriores não constituídos.

Prejuízo do exercício

O Pan apresentou no 4º trimestre de 2013 um resultado negativo de R\$182,9 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$20,5 milhões no trimestre anterior e ao resultado negativo de R\$38,4 milhões no mesmo trimestre de 2012. Cabe destacar, no entanto, que o resultado do 4º trimestre de 2013 foi fortemente impactado pelos seguintes eventos não recorrentes: (i) adesão ao REFIS referente às contribuições ao PIS e COFINS no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012, com resultado positivo de R\$29,2 milhões e impacto negativo de R\$175,2 milhões em razão da não ativação do prejuízo

fiscal decorrente da referida adesão (este prejuízo fiscal poderá ser ativado no futuro, dependendo do aproveitamento do prejuízo fiscal já ativado); (ii) pagamento de honorários jurídicos referentes à adesão ao REFIS, no valor líquido de impostos de R\$3,7 milhões; (iii) acordo judicial para encerramento do litígio em relação a CDBs de emissão da Companhia, com resultado positivo, líquido de impostos e honorários jurídicos, de R\$48,9 milhões; e (iv) constituição de provisão discricionária para contingências cíveis, com resultado negativo líquido de impostos de R\$50,2 milhões. Assim, o resultado ajustado do 4º trimestre de 2013, sem os efeitos dos referidos eventos não recorrentes, foi negativo em R\$31,9 milhões.

Dessa forma, o Pan encerrou o ano de 2013 com resultado acumulado consolidado negativo em R\$151,7 milhões, comparado ao resultado acumulado consolidado negativo de R\$496,0 milhões no ano de 2012. O resultado acumulado consolidado ajustado em 2013, sem os efeitos dos eventos não recorrentes do 4º trimestre, no entanto, foi praticamente nulo, registrando prejuízo de R\$0,7 milhão.

Segue abaixo tabela com o detalhamento dos eventos não recorrentes para obtenção do resultado ajustado mencionado acima.

	4T13	2013
Prejuízo Líquido (em R\$ Mil)	(182.946)	(151.727)
Eventos não recorrentes	(20.877)	(20.877)
1. Resultado decorrente da adesão ao REFIS (Banco e Pan Seguros)	(29.186)	(29.186)
2. Honorários jurídicos referentes à adesão ao REFIS (Banco e Pan Seguros)	6.240	6.240
3. Resultado de acordo judicial para encerramento de litígio de CDBs	(83.478)	(83.478)
4. Honorários jurídicos referentes ao acordo judicial sobre CDBs	1.950	1.950
5. Provisão discricionária para contingências cíveis	83.597	83.597
Impactos Fiscais dos eventos não recorrentes	171.888	171.888
1. Não ativação do prejuízo fiscal decorrente da adesão ao REFIS	175.212	175.212
2. Impostos sobre honorários jurídicos ref. adesão ao REFIS	(2.496)	(2.496)
3. Impostos sobre o resultado de acordo judicial sobre CDBs	33.391	33.391
4. Impostos sobre honorários jurídicos ref. acordo judicial sobre CDBs	(780)	(780)
5. Impostos sobre provisão discricionária para contingências cíveis	(33.439)	(33.439)
Resultado Ajustado sem eventos não recorrentes do 4T13	(31.935)	(716)

10.2 Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de prestação de serviços, receitas com prêmios de seguros e receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1.a acima.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Vide item 10.1.a acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Inflação

O lucro líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que em geral elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. A elevação das taxas de juros pode afetar positivamente a receita da Companhia, uma vez que as taxas de juros relativas aos seus ativos que rendem juros e a remuneração das suas operações de crédito também se elevam. Por outro lado, as despesas de juros da Companhia podem também aumentar, caso as taxas de juros referentes aos seus passivos que pagam juros, inclusive as operações de captação, também aumentem. Em geral, aumentos nas taxas de juros permitem elevar as receitas da Companhia com operações de

crédito em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação da Companhia). No entanto, aumentos das taxas de juros podem também afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes.

Por outro lado, quedas das taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação). Assim, uma queda na taxa de juros pode levar a uma redução das receitas e a uma conseqüente piora dos resultados da Companhia. Essa queda de receita poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda por créditos, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Conforme mencionado no item 10.1 acima, no dia 26 de abril de 2013, o Banco adquiriu, por R\$351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul, em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios com órgãos públicos das 3 esferas, além de 7 convênios com empresas do setor privado. A referida carteira contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. A aquisição, através de leilão público em lote único, incluiu também a transferência do sistema *ConsigCard*, desenvolvido especialmente para o tratamento das propostas do cartão consignado, e com ela a Companhia reforçou sensivelmente a sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de ações da Companhia pela Caixapar

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a SSP e a Caixapar, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal S.A., o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças do Banco Panamericano S.A., nos termos do qual a Caixapar, após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, adquiriria 64.621.700 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Silvio Santos Participações Ltda., pelo preço de R\$8,27 por ação, perfazendo-se o montante de R\$739,3 milhões.

Em julho de 2010, o Banco Central do Brasil aprovou a operação, e, em 26 de julho de 2010, foi realizada a transferência das ações de emissão da Companhia, conforme descrita no parágrafo anterior.

Aquisição de ações da Companhia pelo BTG Pactual

Em 31 de janeiro de 2011 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se, observadas determinadas condições precedentes usuais em operações do gênero, a adquirir a totalidade das ações de titularidade da SSP e BF (“Vendedoras”), correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do Banco Pan e de titularidade das Vendedoras, pelo preço de R\$450,0 milhões corrigidos, a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, valor este que poderá ser pago a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando limitado à importância máxima de R\$3.800,0 milhões.

Nesta mesma data, o BTG Pactual e a Caixapar celebraram novo Acordo de Acionistas do Banco Pan com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual e, na qualidade de intervenientes anuentes, o Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A, a Panamericana de Seguros S.A e a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. Este novo acordo mantém substancialmente as mesmas condições do acordo anterior, tendo entrado em vigor em 27 de maio de 2011, com a conclusão da transferência das ações da SSP e BF para o BTG Pactual.

A Diretoria Colegiada do Bacen, em sessão de 30 de março de 2011, manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle da Companhia, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e da BF.

Em 27 de maio de 2011, conforme Fato Relevante então divulgado, o BTG Pactual concluiu a aquisição da totalidade das ações da Companhia de titularidade da SSP e da BF.

Realização de Oferta Pública de Ações (“OPA”) por conta da mudança no controle acionário

Em razão da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan e em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/02, o BTG Pactual realizou uma Oferta Pública de Ações aos acionistas minoritários, na qual foram asseguradas as mesmas condições acordadas para a compra das ações do antigo acionista controlador. Assim, em 16 de setembro de 2011, o Pan comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Preferenciais da Companhia, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o BTG Pactual adquiriu 4.552 ações preferenciais do Pan, que representam 0,004% das ações dessa espécie, sendo que acionistas titulares de 656 ações preferenciais da Companhia optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 ações preferenciais da Companhia, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção a Prazo, conforme também definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 ações preferenciais da Companhia, equivalentes a 37,6% do capital social do Pan.

Celebração de Memorando de Entendimentos Não Vinculante para aquisição indireta da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), os acionistas da Ourinvest (“Acionistas Ourinvest”), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), a Coyote Trail LLC (“Coyote”), o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e a Brazilian Finance & Real Estate S.A.

("BFRE"), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta, pela Companhia ou qualquer de suas afiliadas, de 100% do capital social da BFRE ("Aquisição").

À época da aquisição, a BFRE era uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE eram: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, uma das maiores companhias securitizadoras do Brasil. A Aquisição adicionou à Companhia uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantiu a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

Como passo preparatório para a Aquisição, a BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão") --, dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pela Companhia: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários desenvolvidas até então pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Pan, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiram capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foram objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua

Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) (“Ativos de Originação, Financiamento e Securitização”).

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, foi de R\$940,4 milhões (“Valor de Aquisição”). O Valor de Aquisição representou um ágio de R\$140,4 milhões sobre o Patrimônio Líquido estimado da BFRE ao final do exercício social de 2011, de R\$800,0 milhões. Portanto, o múltiplo implícito da Aquisição foi de 1,175x (P/PL 2011E), sem considerar o benefício do ágio da transação, e de aproximadamente 1,13x (P/PL 2011E) considerando o valor presente do benefício do ágio da Aquisição.

Uma vez implementada a reorganização societária da BFRE acima mencionada e simultaneamente à Aquisição, o BTG Pactual adquiriu os Ativos de Gestão e as Atividades de Administração pelo valor global de R\$275,0 milhões. No contexto da operação, o BTG Pactual também adquiriu da BFRE a totalidade dos Ativos Proprietários. Foi condição de negócio para os vendedores que tanto os Ativos de Originação, Financiamento e Securitização quanto os Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários fossem alienados.

A TPG-Axon, a seu critério exclusivo, poderia utilizar até R\$182,1 milhões dos valores que viesse a receber em contrapartida à alienação de suas ações na BFRE para subscrever e integralizar ações preferenciais de emissão da Companhia. Nesse caso, o BTG Pactual cederia gratuitamente à TPG-Axon seu direito de preferência à subscrição de tantas ações preferenciais quantas forem necessárias para perfazer o investimento no referido aumento de capital, limitado a 100% do seu direito de preferência à subscrição de ações preferenciais.

No dia 31 de janeiro de 2012 foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding LLC, CoyoteTrail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

Aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”)

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance &

Real Estate S.A. (“BFRE”), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28 de dezembro de 2011 e 1º de fevereiro de 2012. Em seguida, em 30 de abril de 2012, o Pan foi comunicado sobre o exercício, no âmbito do Aumento de Capital, pelo TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), dos direitos de preferência à subscrição a ele cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), no total de 30.095.978 ações preferenciais de emissão do Pan, correspondentes a 12,4% do total de ações preferenciais e 5,6% do total de ações emitidas pela Companhia, após o Aumento de Capital.

Em 11 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Pan.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Pan, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities. Desta forma, a partir daquela data, os saldos das operações da BFRE passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras do Pan.

Proposta de Aumento de Capital

Em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou convocar seus acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$1.800,0 milhões, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção de ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O aumento de capital tem como objetivo (i) viabilizar o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Companhia; e (iii) possibilitar a realização, pela Companhia, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à Aquisição da BFRE, conforme descrita acima.

Nos termos da proposta da administração, (i) o preço de emissão das ações será de R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial, sendo certo que o referido preço de emissão foi fixado nos termos do artigo 170, §1o, inciso III, da Lei 6.404/76, levando-se em consideração a cotação média das ações preferenciais de emissão da Companhia nos últimos 180 (cento e oitenta) pregões na BM&FBOVESPA, compreendendo o período de 11 de abril de 2011, inclusive, a 27 de dezembro de 2011, inclusive, sem ágio ou deságio; (ii) os acionistas poderão exercer o direito de preferência à subscrição, na proporção da posição acionária que cada um detiver na data da Assembleia (18 de janeiro de 2012), no período mínimo de 30 dias contados da data de publicação do Aviso aos Acionistas referido abaixo, podendo este prazo ser mais longo, conforme deliberado na Assembleia do dia 18 de janeiro de 2012; (iii) a partir de 19 de janeiro de 2012, inclusive, as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-direitos de subscrição, sendo permitida, portanto, a negociação de tais direitos; (iv) a integralização das ações subscritas será feita à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição; e (v) após o término do prazo para exercício do direito de preferência, a Companhia poderá promover um ou mais rateios de eventuais sobras (ou sobras de sobras) mediante avisos aos acionistas.

Em 18 de janeiro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a proposta da administração, nos termos descritos acima. Assim, na mesma data, a Companhia divulgou ao mercado um Aviso aos Acionistas contendo todos os termos e condições do aumento de capital, conforme deliberados na Assembleia Geral Extraordinária, contendo também as instruções para participação dos acionistas da Companhia no referido aumento e exercício da preferência na subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a homologação do Aumento de Capital, com a subscrição de

160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75.

c. *Eventos ou operações não usuais*

Não houve.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

1) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios os efeitos significativos são:

- O ativo não pode ser baixado;
- Os valores recebidos na operação têm contrapartida de passivo, e passam a apropriar despesas de captação de forma pro-rata; e
- As receitas passam a ser apropriadas pro-rata.

Desta forma foi uniformizado o tratamento contábil no Brasil alinhado com as normas internacionais das IFRS.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Existia em 31 de dezembro de 2013 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,8 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Essas novas projeções para a realização desses créditos tributários foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

10.5 Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida

ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- Swap: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de

vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” em contas de receita ou despesa, no resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “hedge” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
- Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado o patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6 Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração, ciente da importância da manutenção de adequados padrões de governança, gerenciamento e controle, envida contínuos esforços para seu aperfeiçoamento, estabelecendo diretrizes alinhadas às demandas regulatórias e às boas práticas de mercado e aprimorando os processos vigentes a essas diretrizes.

Neste sentido, a Diretoria de Controladoria e Compliance promoveu alterações e implementações no Sistema de Controles Internos buscando obter segurança e confiabilidade nos registros contábeis e gerenciais do Banco e das empresas ligadas e, ao mesmo tempo, uma revisão e adequação da estrutura, processos e contratos vigentes, resultando na melhoria dos padrões de gestão e no ganho de eficiência.

Decorrente da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A. e suas controladas pelo Pan, no 2º. Semestre de 2012 houve a integração das equipes, sinergia e adequação da estrutura, dos processos e dos controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis de forma a padronizar a sua elaboração e manter adequado grau de confiança.

A estrutura de governança, totalmente reformulada, possibilitou maior transparência dos atos de gestão e mensuração do impacto desses atos no resultado da Companhia. O ambiente de controle foi aperfeiçoado a partir da revisão de processos e de toda a estrutura de políticas e comitês corporativos e a Diretoria tem envidado esforços, principalmente relacionados a investimentos em automação de processos e estabelecimento de controles-chaves, com a intenção de contínuo aprimoramento da qualidade dos controles internos.

Ainda com relação aos preceitos de Governança Corporativa, a Companhia possui a área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, que possui atuação independente e desenvolve suas atividades alinhadas às boas práticas e procedimentos recomendados pelo Instituto Internacional de Auditores Internos – IIAI e com base em planejamento anual, devidamente aprovado pelo Comitê de Auditoria. O foco de seus trabalhos consiste na

avaliação dos processos, procedimentos e sistemas, reestruturação da área e contratação de profissionais experientes.

Fundamentando-se nos relatos da Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria e nos reportes gerenciais da Diretoria, a Administração considera que os controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis da Companhia para 31 de dezembro de 2013 são efetivos e adequados, de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework.

Adicionalmente, cabe ressaltar que o controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer segurança em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Todavia, devido às limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros em sua totalidade. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer razoável conforto a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, bem como, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados, em função de mudanças nas condições ou deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia recebeu e está analisando as informações de deficiências e recomendações sobre os controles internos, reportados no relatório do auditor independente, para apresentar a solução.

Com base nas informações recebidas e no processo de gestão de follow-up dos apontamentos anteriores, a Diretoria entende que as observações registradas pela Auditoria Independente não possuem grau de risco relevante, capaz de afetar o controle das operações, assim como a qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras.

Cabe destacar que os apontamentos e planos de ação, registrados nos relatórios expedidos pela Auditoria Independente, são monitorados pela Diretoria de Controladoria e Compliance, através da Gerência CICRO – Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais - com promoções periódicas de reuniões com os gestores responsáveis, visando ratificar a regularização da deficiência e/ou cobrar o cumprimento dos prazos pelos respectivos responsáveis da implementação das soluções propostas.

10.7 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no prospecto da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

i - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

lii - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv - contratos de construção não terminada

v - contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial, exceto pelos créditos cedidos com coobrigação para instituições financeiras anteriores a Resolução CMN nº 3.533/08.

b. *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia*

Na eventual recompra dos créditos cedidos com coobrigação anteriores a Resolução CMN nº 3.533/08, pode ocorrer uma despesa, dependendo da taxa a ser negociada no momento da recompra.

b. *natureza e o propósito da operação*

Com o objetivo de incrementar nossa liquidez e como parte da nossa estratégia de captação de recursos, cedemos, periodicamente e instituições financeiras, créditos de nossa carteira sem coobrigação, em contrapartida a pagamentos em dinheiro.

Na data da cessão de crédito sem coobrigação, retiramos de nosso balanço o valor do crédito cedido, com base em seu valor contábil, e registramos o pagamento em dinheiro recebido do cessionário. O valor do pagamento pela cessão equivale ao valor presente dos créditos cedidos, o qual é calculado mediante aplicação de taxa de desconto, definida entre o cedente e o cessionário, sob o valor de face dos créditos cedidos. A diferença entre o pagamento em dinheiro recebido do cessionário e o valor contábil dos créditos cedidos é registrada como ganho sob a rubrica “Receitas da intermediação financeira – operações de crédito”.

As cessões de crédito com coobrigação anteriores a entrada em vigor da resolução CMN nº 3.533/08 aprovada pelo BACEN e CMN, permanece exposta ao risco de crédito relativo aos créditos cedidos, como se continuássemos sendo os titulares desses créditos. Os pagamentos dos créditos são estruturados de modo que cada parcela do contrato inclua o valor do principal e dos juros devidos. Em caso de inadimplemento de qualquer parcela, devemos recomprar somente a parcela de principal e juros então devida e inadimplida, ao invés da

totalidade do crédito, e registramos tal parcela inadimplida em nosso balanço patrimonial como um crédito.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, os créditos que tenham sido cedidos com coobrigação são escriturados em contas de compensação (contas não patrimoniais), para fins de classificação de risco de crédito. Nós aplicamos as regras de provisionamento com relação a esses créditos e, portanto, nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada como se nossa carteira de créditos cedidos com coobrigação, contabilizada em contas de compensação (contas não patrimoniais), fosse registrada no nosso balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

As responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos com coobrigação anteriores a Resolução CMN nº 3.533/08 totalizam R\$ 498,7 milhões em 31 de dezembro de 2013.

10.10 Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimento em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Pan firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de

contratos definitivos para a aquisição, por R\$940 milhões, de 100% do capital social da BFRE, ato este descrito no item 10.3.b acima junto com os atos subsequentes relativos à BFRE e suas subsidiárias.

c. Novos produtos e serviços, indicando

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

ANEXO II

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar:

Eleição de Membros do Conselho Fiscal:

Marluce dos Santos Borges	
Idade	34 anos
Profissão	Advogada
CPF	709.815.151-34
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de Eleição	30.04.2014
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil
Prazo do Mandato	Até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2014
Outros Cargos	Não há
Eleito pelo Controlador	Sim

Paulo Roberto Salvador Costa	
Idade	55 anos
Profissão	Contador
CPF	003.188.108-40
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de Eleição	30.04.2014
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil
Prazo do Mandato	Até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2014
Outros Cargos	Não há
Eleito pelo Controlador	Sim

Glauben Teixeira de Carvalho	
Idade	58 anos
Profissão	Engenheira e Bacharel em Relações Internacionais
CPF	156.174.244-91
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	30.04.2014
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil
Prazo do Mandato	Até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2014
Outros Cargos	Não há
Eleito pelo Controlador	Sim

Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti	
Idade	64 anos
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	137.806.628-68
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	30.04.2013
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil

Prazo do Mandato	Até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2014
Outros Cargos	Não há
Eleito pelo Controlador	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há.

12.8. Em relação a cada um dos membros dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a/b. Currículo e demais eventos relacionados aos membros do Conselho Fiscal:

Marluce dos Santos Borges – Formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, com pós-graduação em Direito Público pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira – FUNCESI-MG. Foi Assessora de Gabinete da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – Seae/MF de 2004 a 2008, quando acompanhou sessões do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE), participou na elaboração de Substitutivo para o Projeto de Lei nº 5.877/05 de reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e acompanhamento de seu trâmite, e participou do gerenciamento do projeto ISO 9001. Foi Assessora de Gabinete da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF de 2008-2011, exercendo, entre outras funções, o acompanhamento de medidas legislativas microeconômicas e que afetam as variáveis macroeconômicas, tais como impactos fiscais de legislação e arranjos institucionais com reflexos econômicos. Foi, ainda, membro do Conselho Fiscal da Amazonas Distribuidora de Energia S/A no período compreendido entre 2011 e 2012; e membro do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil para os exercícios de 2012 e 2013. Atualmente, é assessora para assuntos econômicos da Subsecretaria Executiva do Ministério da Fazenda – SE/MF. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Paulo Roberto Salvador Costa – Formado em Contabilidade pela Faculdade São Judas Tadeu. Atua há 23 anos no mercado financeiro, com sólida experiência em perícia contábil, judicial e extrajudicial, contratos no âmbito do mercado financeiro, planejamento tributário e organização societária e contabilidade de instituições financeiras. Na Varig Leasing S.A. e no Banco de Crédito Nacional S.A., atuou nas áreas contábil e de crédito, bem como elaborou e

implantou as estruturas administrativas, enquadrando, formalizando e controlando toda carteira de Leasing. Foi responsável ainda pelo “back-office” da Simpex Corretora de Mercados e Futuros Ltda. Atualmente atua em perícia, judicial e extrajudicialmente, nas áreas cível e trabalhista. Também, assessora e desenvolve trabalhos técnicos nas áreas fiscal, contábil e tributária. No Banco Panamericano S.A., foi indicado para ocupar o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Glaube Teixeira de Carvalho – Formada em Relações Internacionais pelo Instituto de Educação Superior de Brasília/DF e em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN. Especialista em Ciência Política pela Universidade de Brasília/DF; MBA em Ciências Contábeis, Direito Econômico e das Empresas, e Comércio Exterior, Câmbio e Negociações Comerciais, pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília/DF. Também é pós-graduada em Programação Financeira pelo Fundo Monetário Internacional – Washington/EUA. Tem extensão em Orçamento Público pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP e em Auditoria Fiscal pela União Educacional de Brasília – UNEB/DF. Foi gerente do Tesouro Nacional na Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN de 2004 a 2013. Atuou como Conselheira Gestora no Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. entre 2007 a 2012; Conselheira Fiscal no Banco do Nordeste do Brasil S/A de 2004 a 2008; e como Conselheira-Fiscal no Banco da Amazônia S.A. de 2008 a 2012. Atua como Conselheira Fiscal no IRB-Brasil Resseguros S.A.. Também é Assistente no Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda desde 2013. Atua, ainda, como Analista de Finanças e Controle na Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Participações -COPAR/STN. No Banco Panamericano S.A., foi indicada para ocupar o cargo de Membro Suplente do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti – Formado em administração de empresas pela ESAN – Escola Superior de Administração e Negócios e em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica – PUC. Possui vasta experiência, já tendo atuado em bancos comerciais e de investimentos, em mercado de capitais, auditoria, contabilidade e nas áreas financeiras e jurídicas. Atuou por mais de 12 anos como auditor e supervisor no Banco de Crédito Nacional S/A, de 1997 a 1999 no Banco Pactual S/A na área de recuperação de créditos e entre 1999 a 2004 na área de operações de crédito e controles financeiros no Banco Royal de Investimento

S/A. Atualmente, trabalha desde 2009 na CFK Participações Ltda. atuando nas áreas financeira, contábil, de investimentos nacionais e internacionais e atividades agrícolas. No Banco Panamericano S.A foi indicado para ocupar o cargo de Membro Suplente do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

Não há relação familiar entre os Srs. Paulo Roberto Salvador Costa, Marluce dos Santos Borges, Glauben Teixeira de Carvalho e Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti e administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle de administradores e controladas e outros, nos três últimos exercícios sociais:

Membros do Conselho Fiscal:

Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre os Srs. Paulo Roberto Salvador Costa, Marluce dos Santos Borges, Glauben Teixeira de Carvalho e Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti e (a) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras, ou controladas de quaisquer dessas pessoas.

ANEXO III

Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore ou salário fixo.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

Conselho Fiscal

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404 de 1976 (“Lei das S.A.”), no exercício de 2013, os membros do Conselho Fiscal receberam remuneração correspondente a 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

b. Composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: por (i) pró-labore mensal e (ii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido;
- (ii) Benefícios – o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore mensal).

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 98,5% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 1,5% correspondem aos benefícios listados no item 13.1.b.i acima.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração dos membros da administração da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia. A remuneração da Diretoria é reajustada anualmente, de acordo com o mercado.

A Companhia estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região da Companhia, utilizando como insumo para decisões internas a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.)

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores da Companhia a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente a gerar melhores resultados para a Companhia.

Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a política de remuneração da Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista do Exercício Social 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	14	10	3	27
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.400.000,00	26.600.000,00	244.800,00	29.244.800,00
Benefícios diretos e indiretos		200.000,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Observação				
Total da remuneração	2.400.000,00	26.800.000,00	244.800,00	29.444.800,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12	9,33	2,83	24,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.901.333,00	9.654.546,00	186.296,00	11.742.175,00
Benefícios diretos e indiretos		155.576,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçãõ do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	1.901.333,00	9.810.122,00	186.296,00	11.897.751,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12	8	3	23
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.920.000,00	4.500.000,00	181.260,00	6.601.260,00
Benefícios diretos e indiretos		120.710,22		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçãõ do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	1.920.000,00	4.620.710,22	181.260,00	6.721.970,22

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	8,67	8,33	1,83	18,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.520.000,00	5.604.348,00	116.600,00	8.240.948,00
Benefícios diretos e indiretos		74.305,00		74.305,00
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	2.520.000,00	5.678.653,00	116.600,00	8.315.253,00

Obs.: o número de membros de cada órgão foi apurado mediante média anual do número de membros apurado mensalmente, nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº005/2011

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 31.12.2013:

Banco Pan

Acionista	Ações de emissão da Companhia		
	Preferenciais	Ordinárias	(%)
Conselho de Administração	204	5	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	204	5	0

13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há.

13.11 Remuneração Média dos Administradores

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Nº de Membros	9,33	8	12	12	2,83	3
Valor da maior remuneração (Reais)	1.276.250,00	720.000,00	240.000,00	240.000,00	66.889,00	60.420,00
Valor da menor remuneração (Reais)	886.250,00	540.000,00	240.000,00	240.000,00	66.889,00	60.420,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.034.785,21	562.500,00	237.666,63	240.000,00	65.828,98	60.420,00

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as conseqüências financeiras para a Companhia

Não aplicável.

13.13 Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Término do Exercício Social	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Conselho de Administração	22,33%	29,09%
Diretoria Estatutária	75,49%	68,17%
Conselho Fiscal	2,19%	2,74%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".